

Excursus sobre media¹, tecnologia e trabalho²

Excursus about media, technology and work

Excursus sobre los media, la tecnología y el trabajo

DOI: 10.1590/1809-5844201714

Esser Silva

(Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Programa Doutoral em Estudos da Comunicação. Braga, Portugal)

Resumo

Este artigo discute o problema do desemprego em consequência das mutações tecnológicas e da persistência analítica dos *media* na abordagem do trabalho desligado das metamorfoses a que este tem sido sujeito. A aceleração dos processos produtivos e a introdução de novas tipologias como flexibilidade e inovação corporizam novas variáveis que desligam o ser humano do material, desvalorizando-se o *conhecimento* e o *imaterial*, pela impossibilidade de os transformar em mercadoria. Visto por meio do trabalho, o impacto dicotómico entre a humanidade e tecnociência toma a inovação como fim em si, introduzindo nos *media* uma abordagem em que o seu papel de *mediador* dos fenómenos em metamorfose se concebe segundo a inexistência do papel da tecnologia, dando-se assim uma narrativa irreconciliada entre a abordagem dos *media* e realidade social.

Palavras-chave: *Media. Trabalho. Tecnologia. Metamorfose. Inovação.*

Abstract

This article discusses unemployment as consequence of technological mutations and the analytical persistency of mass media in approaching work disconnected from the metamorphoses to which it has been subjected. The haste of the productive processes and the introduction of new typologies, such as flexibility and innovation, embody new variables which disconnect the human being from the material, devaluing the knowledge and the immaterial, because of the impossibility of turning those into commodities. Looking throughout the work, the dichotomous impact between humanity and techno-science, perceives innovation as an end, introducing in the media an approach, where this impact as mediator of the metamorphosis phenomenon is perceived according to the absence of the importance of technology, though appearing an irreconcilable narrative between the media approach and social reality.

Keywords: *Media. Work. Technology. Metamorphosis. Innovation.*

1 Seguindo a tradição lexicográfica usual em Portugal emprega-se aqui a expressão original anglo-saxónica *media* para designar os meios de comunicação de massas.

2 Mantem-se o português de Portugal como idioma original do artigo.

Resumen

Este artículo trata sobre el problema del desempleo como consecuencia de los cambios tecnológicos, y la persistencia analítica de los *media* en el tratamiento de mundo del trabajo como una realidad aislada de las transformaciones a la que éste se ha visto sometido. La aceleración de los procesos productivos y la introducción de nuevas tipologías, como la flexibilidad y la innovación, han dado forma a nuevas variables que desconectan al ser humano de lo material, desvalorizando el *conocimiento* y lo *inmaterial* por la imposibilidad de convertirlos en simples mercancías. Vista a través del mundo del trabajo, la dicotomía entre *humanidad* y *tecnociencia* considera a la innovación como un fin en sí misma, introduciendo en los *media* una perspectiva según la cual su papel de mediador de fenómenos en metamorfosis se concibe a partir de la ausencia de la tecnología, dando lugar, de esta manera, a una narrativa irreconciliable entre el abordaje de los *media* y la realidad social.

Palabras clave: Media. Trabajo. Tecnología. Metamorfosis. Innovación.

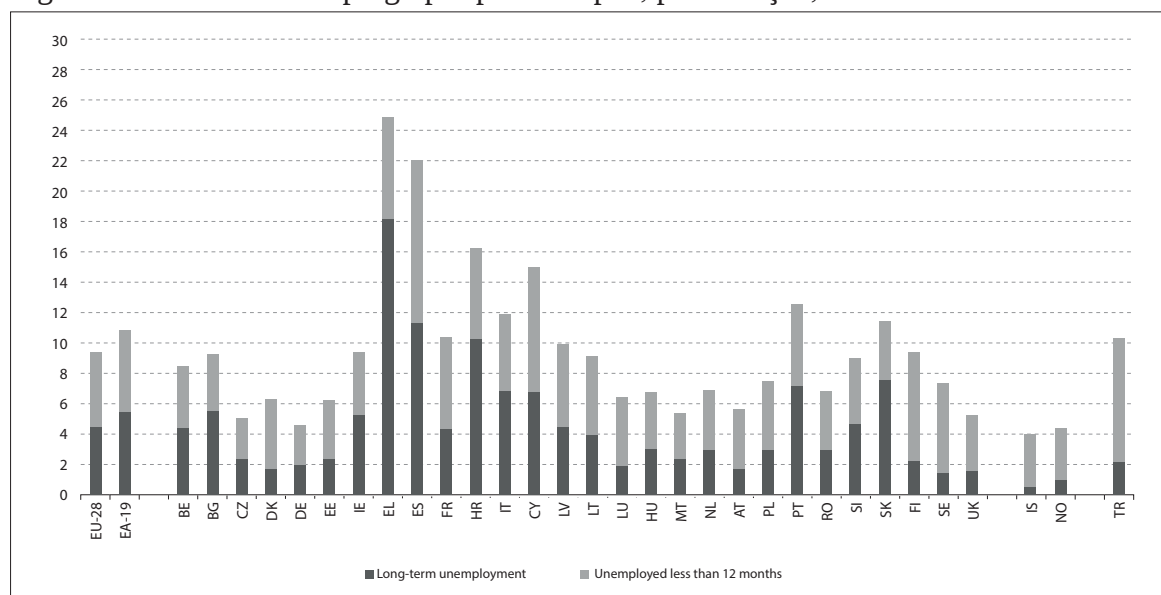
1. Introdução e problema

Desde o último quartil do século 20 que se vem assistido a mudanças no conceito do trabalho (GORZ, 2005; BECK, 2000; CASTELLS, 1998; GROZELIER, 1998; SENNETT, 2001), traduzidas no apelo do objeto técnico (NEVES, 2006) e na substituição do humano pela tecnologia (MARTINS 2003; GARCIA, 2010) o que, no limite, tem resultado nas altas taxas de trabalhadores desocupados que se vem observando nos países do sul da Europa (KOVÁCS et al., 2006; MARQUES, 2001; SILVA, 2012). Em geral, os governos têm conseguido alimentar a ideia de que a supressão do emprego se relaciona exclusivamente com as crises financeiras, escudando-se assim numa abordagem conservadora que persiste na centralidade do trabalho como princípio (SCHNAPPER, 1997; MARQUES, 2001; ANTUNES, 2013) insistindo na sua imutabilidade enquanto fator determinante não só nas relações de produção como na ordenação saudável do mundo social.

Todavía, o problema parece ser bem mais complexo se nos detivermos em algumas análises produzidas pelas ciências sociais na viragem do século 20 para o século 21. Estas têm alertado para o fim da sociedade centrada no trabalho (GORZ, 2005; SENNETT, 2001) constituído em fio condutor das vidas, gerador de harmonia nas relações dos indivíduos, emergindo, com essa mudança, não só uma profunda mutação na organização social assim como uma fragmentação dos sentidos. Esta realidade é visível não configurando um problema isolado de uma só nação. Em 2015, alguns países europeus como a Macedónia, Grécia e Espanha apresentaram taxas de desemprego muito acima dos 20%. A média de desempregados na União Europeia foi, nessa altura, contabilizada acima dos 10%. Em todas as latitudes da Europa o fenómeno tem-se revelado crescente, promovendo, a cada dia, uma percepção de maior gravidade por se constatar um aumento exponencial do número de indivíduos desempregados há mais de um ano e pela tendência de aumento da duração

média do tempo de desemprego individual.

Figura 1 – Taxa de desemprego por país europeu, por duração, em dezembro de 2015



Fonte: Eurostat

Perante estes níveis elevados das taxas de desemprego, os discursos sobre o seu debelar seguem a perspetiva clássica que entrevê a solução para os desocupados de trabalho no aumento de investimentos na esfera económica. Mas, ao invés do uso da medida clássica do investimento baseada na estimativa da produção ou no aumento do valor dos lucros esperados, os *media* passaram a medir os investimentos financeiros pelo número de empregos a gerar, descentrando assim o interesse da empreitada da esfera económica e empresarial e deslocando-o para o campo social. Vários exemplos demonstram a existência de uma substantiva mudança, tanto na forma como nos conteúdos, da produção noticiosa responsável por uma metamorfose transformadora da criação de emprego numa espécie de moeda. Alguns exemplos desta realidade são taxativos e inequívocos:

- “O Governo anunciou na segunda-feira 12 novos investimentos no valor total de 185 milhões de euros. Ao todo, vão ser 12 projetos industriais virados para a exportação, que vão permitir a criação de 401 postos de trabalho e a manutenção de mais 2610” (*Diário de Notícias*, 12.05.2014).
- “A primeira fase da fábrica da empresa chinesa Wuhan Industries em Portugal vai estar concluída em junho de 2015, disse à Lusa o presidente executivo, Carlos Teixeira. Esta fábrica representa um investimento que ronda os 27 milhões de euros, e criará 60 postos de trabalho até 2017” (*Expresso*, 7.06.2014).

- “Portucel deverá criar mais 100 postos de trabalho até Junho” (*Jornal de Negócio*, 15.04. 2015).
- “Uma nova fábrica de calçado vai instalar-se em Pinhel durante este ano e criar, logo no início da atividade, 100 postos de trabalho, disse hoje à agência Lusa o presidente da autarquia. (...) A nova unidade fabril irá ocupar um pavilhão da antiga fábrica de calçado Rhode, que fechou as portas em 2006 e lançou 370 pessoas para o desemprego (...)” (*TVI24*, 11.01.2016).
- Foi hoje assinado um protocolo para a criação do ‘Call Center Altice’ em Lamego. O presidente da Câmara, Francisco Lopes, calcula que o projeto crie até 180 empregos (*Sol*, 18.01.2016).

O número de postos de trabalho a criar toma o lugar central de um negócio e a noção de mão de obra deixa de ser um meio a incorporar no produto para passar a uma espécie de objeto representativo do valor último, convertendo-se no absoluto dos resultados e dos fins, assim neutralizando o princípio de causalidade decorrente de meios (WEBER, 2004). Desta forma, dá-se o deslocar da atenção analítica da outrora dimensão económica empresarial – cuja atenção se centrava nos lucros possíveis, robustez financeira, performance na disputa de mercados e probabilidade de sucesso pela inovação – para uma hodierna visão, agora orientada numa contraditória perspectiva decisória, determinada pelo reconverter do trabalho necessário ao funcionamento do projeto para uma noção paradoxal, na qual a empresa toma o lugar de entidade prodigiosa com essência unguida na salvação da mão de obra.

Perante a escassez, releva-se a importância dos que se apresentam como solucionadores ou mesmo salvadores, retratados como indivíduos na posse de alguns lugares de trabalho e, por isso, municiados do antídoto com propriedades de cura de algumas vidas adoecidas pela inobservância de um horizonte ocupado e, por isso, seguro.

O trabalho foi sempre observado na economia como um fator com valor de troca cuja medida surgia incorporada na mercadoria. A repentina descoberta do trabalho – na sua vertente emprego – como dotado de um valor social de uso para além da tradicional vertente produtiva (MARX, 2015), captando a atenção dos poderes instituídos, confere uma significativa alteração à compreensão pública da noção de emprego, subjazendo uma nova interpretação conceptual manifesta na forma como os *media* assumem a realidade transformada.

Esta alteração comportamental dos *media* podia, só por si, configurar uma mudança no foco de atenção para uma espécie de urgência social impossível de contornar. Porém, uma análise mais fina permite vislumbrar a realidade há muito em transformação sem que, todavia, mudanças exteriores ou mesmo alguma recomposição da noção ontológica do

trabalho como ocupação social se tenham manifestado, promovendo-se, desta forma, uma espécie de ideologia instalada nos excursos mediatizados.

O paradigma comunicacional concebe o trabalho como fonte geradora de relações, constituindo-se como produtor de sentido na construção do mundo social que acolhe o indivíduo (RODRIGUES, 2011). Apesar da interiorização, pelo sujeito, do exterior que lhe é dado à partida, é-lhe também conferida autonomia enquanto *ser* não só para jogar com as normas preditas mas também para, por meio da experiência, “violiar apropriadamente” (RODRIGUES, 2011, p.256) as regras, num tipo de exploração dialética em que aplicação da regra, em simultâneo com o cumprimento e sua transgressão “ultrapassa a clássica oposição entre o paradigma fundado na supremacia do sujeito e paradigma fundado na supremacia do sistema” (RODRIGUES, 2011, p.256). A imprevisibilidade constitui-se, desta forma, numa constante em que adaptação e fuga coexistem num processo útil à organização. No fundo, dá-se a dualidade da estrutura que, num exercício de transferência, sofre influências dos indivíduos e, em simultâneo, influi na mudança dos agentes (GIDDENS, 1984). Na forma relacional subjacente promovem-se associações (LATOUR, 2005) que, apesar de não distinguirem os fluxos entre atores de actantes, separa humanos e tecnologia na composição organizacional. Na abordagem do trabalho e suas consequências no campo dos *media*, domina a estática imaginativa e a refutação, por omissão, do impacto das mudanças introduzidas pela tecnologia cuja tendência é a de substituição do trabalho produzido pelo trabalhador.

2. Vita Activa, lógica social e felicidade

A noção de trabalho aqui trazida deve ser entendida não à luz da atividade para saciar necessidades básicas, nomeadamente biológicas e fisicamente obrigatórias, numa imposição do corpo e da sobrevivência, mas sim como o ato resultante da atividade solidária entre indivíduos, transformada numa cultura cuja raiz se localiza na inquietude proveniente da energia vital e do desassossego humano que concebe a *vita activa* (ARENDDT, 1998). Nesta aceção, o trabalho constitui-se num mister humano harmonizador da individualidade interior com a liberdade exterior, conciliador da imaginação e da noção económica realizada na produção de objetos e serviços, com a consciência útil e integradora dos indivíduos nas suas redes comunitárias, daí resultando um proveito geral partilhado como sentido ordenador em que todos contribuem e a todos aproveita.

Na modernidade, dominada pela noção do progresso coletivo através da transformação industrial, a exaltação do trabalho encimou a lista de “deveres de cada um consigo próprio” (LIPOVETSKY, 1994, p.139) sem que outro fenómeno social lhe possa ser comparado. Não se trata apenas de um dever social imposto e aceite como também congrega em si a

obrigação do indivíduo “aumentar a sua perfeição natural” (LIPOVETSKY, 1994, p.139). Só trabalhando o homem podia “ser digno da humanidade que existe na sua própria pessoa” (p.139) porquanto as sociabilidades introduzidas no mundo tendentes a produzir lógica e sentido no ser social lhe impuseram a moral segundo a qual “se o trabalho enobrece o homem, a indolência degrada-o e desonra-o” (p.139). A consequência deste amarrar do trabalho na *natureza* humana resultou, em termos históricos, numa cultura mundo (LIPOVETSKY; SERROY, 2014) entendida como coerente e com sentido.

Na sociedade atual, o emprego há muito que se transformou simultaneamente num substantivo (quando se refere ao local onde é executado o trabalho) e num adjetivo (quando caracteriza a ocupação profissional de um indivíduo) corporizando em si uma atribuição ampla e um papel determinante na sociedade pós-revolução industrial. Constitui, por isso, uma hábil e certa construção social da modernidade, não só por classificar e determinar o estado ocupacional dos indivíduos, mas, também, por se constituir na força integradora com determinada lógica a que toda a sociedade se submete. A expressão “ter emprego” quer dizer “ter aplicação”, o que só por si revela a noção utilitária do indivíduo posto perante o imperativo organizacional do mundo social.

Toda a orientação e normalização social abarcam a capacidade do indivíduo apreender competências que sejam apreciadas, úteis e com valor para incluir num processo produtivo que, no limite, impõe aos indivíduos uma ocupação. Manter os indivíduos desapossados do tempo livre, dedicados a um fim com sentido, naturalizou a existência humana nos nossos tempos dando coerência aos atos individuais. O sentido hipervalorizado da ocupação por meio do “emprego” resulta do significado produzido na corrente da rede de relações estabelecidas e que origina uma lógica existencial que vai muito além da noção de ligação social uma vez que se torna fulcral, não só na organização coerente do mundo vivido, como contribui para a sedimentação e confiança desse mesmo mundo.

Esta construção tem por base a organização económica e social centrada no trabalho que constitui o elemento fulcral da sociedade. Apesar de, muitas vezes, ser associado à escravatura, o “trabalho é muito mais do que escravidão, ou as pessoas não se sentiriam tão perdidas e desorientadas quando ficam desempregadas” (GIDDENS, 2004, p.377). Nesta perspetiva, o trabalho torna-se num elemento essencial no estabelecimento da ordem, sendo este responsável pela noção de obrigação e responsabilidade a que os indivíduos se submetem.

Igualmente, a ocupação com o trabalho proporciona “frequentemente uma base para a aquisição e o exercício de certas capacidades” (GIDDENS, 2004, p.377) e mesmo quando os indivíduos estão submetidos a um trabalho rotineiro, “fornece um ambiente estruturado no qual as energias de uma pessoa podem ser absorvidas” (p.377). Diversifica os contextos, proporcionando contactos que possibilitam a criação de laços de amizade e oportunidade

de partilha com os outros. Aos que detêm um emprego fixo, o trabalho organiza e estrutura o dia “de acordo com o ritmo de trabalho” (p.377) proporcionando-lhe uma lógica e dando uma ordem naturalizada das coisas. O emprego torna-se assim um local de realização dos indivíduos, não só profissional mas também social, sendo um dos fatores que veiculam a felicidade (RUSSELL, 2009). É norma ter uma ocupação na medida em que toda a organização da sociedade direciona o indivíduo para essa vida encarrilada³.

A certa altura uma pergunta é colocada por Giddens (2004, p.377): “como se sentiria se pensasse que nunca mais encontraria um emprego?”. Usada no texto como uma pergunta retórica, o autor não respondeu à sua questão, optando por reforçar a importância de ter um emprego nas sociedades modernas, até para “preservar o respeito por si próprio” porque “(...) o trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas atividades diárias” (p.377). Pela mesma ordem de razões, o não trabalho imposto aos indivíduos seria psicologicamente desestruturante transformando em doentes aqueles que deixavam de receber a energia da *vita activa*.

3. Emprego-desemprego como modo de vida

Dá-se, contudo, hoje a circunstância de muitas pessoas desempregadas viverem com o sentimento de que nunca mais irão encontrar um emprego – sentimento esse que não tem forçosamente de se transformar em realidade eterna, mas que é a realidade enquanto dura – e, a partir daí, sentem-se perdidas e desorientadas. O exemplo mais evidente pode ser encontrado naqueles trabalhadores cujas vidas foram orientadas numa lógica de responsabilidade em que o trabalho e a família se conciliavam e constituíam o centro da sua existência (ANTUNES, 2013; SCHNAPPER, 1997). Caídos numa situação de desemprego após longos anos de trabalho rotineiro, mas coerente, esses indivíduos descobriram, com horror, que a sua utilidade tinha desaparecido, a sua técnica era inútil e a sua experiência desvalorizada porque desapropriada (CALEIRAS, 2008; SILVA, 2012). Deslocados da lógica apreendida e aprendida ao longo dos tempos, resta a esses indivíduos uma nova aprendizagem que, partindo da extensão e consequências do trabalho enquanto campo regulador da organização social, terá forçosamente de se traduzir numa adequação a uma ordem ainda desconhecida que dê sentido à existência do indivíduo no mundo.

3 Coleman (1988) concebe três fases do “potencial de investimento do capital humano”. A primeira fase consiste num tempo em que as sociedades ainda estão ruralizadas vivendo praticamente daquilo que oferece a agricultura de subsistência. Aqui, a maior parte do que é produzido é também consumido por quem produz. Toda a mão de obra disponível é importante porque está em causa a sobrevivência, resultando daí o uso da mão de obra infantil na produção. Vive-se, deste modo, uma época pré-moderna caracterizada por uma intensa transmissão de saberes práticos e uma quase linear reprodução social no que diz respeito a crenças e valores. A segunda fase é caracterizada por se viver um tempo pós-agrícola, em que as sociedades centram-se numa “economia de trocas” baseada no assalariamento. Vive-se nas cidades e trabalha-se na indústria. O investimento familiar no “capital humano” intensifica-se fruto da ideia de investimento no futuro: os pais investem nos filhos esperando que estes sejam o seu garante na velhice. A terceira fase caracteriza-se por se dar num momento pós-industrial em que persiste a insegurança. Não existem certezas sobre a educação dos filhos, nomeadamente não é possível determinar um investimento que assegure o futuro profissional. Algumas funções da família são transferidas para outras instituições, como por exemplo creches e escolas, numa clara substituição da família pelo Estado. Com a perda de influência da família na formação dos filhos, desinveste-se no “capital social” de origem familiar.

No final da década de noventa do século passado, o sociólogo Sennet (2001)⁴ produziu uma análise crítica sobre alterações promovidas pelo capitalismo, caracterizada pela introdução de uma natureza flexível da abordagem do trabalho em substituição das formas burocráticas tradicionais. Segundo o autor, esta mudança suporta-se no desaparecimento das narrativas linearmente construídas, sustentadas na experiência e no uso disciplinado do tempo assentes numa expectativa de uma orientação baseada em histórias de vida antecipadas e planeadas pelos seus atores. No fundo, “fatores como segurança do emprego e empenhamento na empresa mantinham as pessoas nos seus lugares” (SENNETT, 2001, p.24) e produziam sentido capaz de fazer perceber alguma certeza nos indivíduos. A rotina e os seus malefícios, traduzidos no embrutecimento do trabalhador, foram usados como elementos fundamentais para sustentar a introdução desta alteração nas relações de trabalho.

Reestrutura-se, desta forma, o uso do tempo, promovendo-se instituições mais flexíveis onde impera não só o trabalho descontinuado e *deslugarizado*, fatores diligenciadores do desligamento do trabalhador não só com o espaço, mas também promotores de uma rutura entre o passado e o presente. A atividade encontra no homem um ser em constante revalorização, fruto da presença da sua condição responsável, renovando fórmulas como de “cooperação e distribuição”, capacitando a empresa para a resposta dos “desafios da flexibilidade e da concorrência” (LIPOVETSKY, 1994, p.142), dando lugar a um novo encantamento da empresa numa viragem pós-modernista.

Ao contrário da insistência argumentativa de Schnapper (1997), a entrada no século 21 tem demonstrado que a época do trabalho como centro da existência do indivíduo chegou ao seu termo. Não se trata de enunciar o fim da história (FUKUYAMA, 1992) mas o recolocar do trabalho numa nova ordem produtora de significado. Apesar do esforço e da atividade que lhe subjaz não terem perdido o seu valor social e individual, “já não os exortamos como fins morais em si” (LIPOVETSKY, 1994, p.140) e a abnegação obstinada pelo encontro do lugar individual enquanto reconciliação do ser social com o mundo vivido “já não são socialmente enaltecidas” (LIPOVETSKY, 1994, p.140). O aperfeiçoamento por meio do sacrifício “deixou de ser concebido como uma obrigação absoluta relativa ao respeito pela humanidade que existe em nós” (p.140) libertando o indivíduo da obstinação e da vergonha: “já não é indigno reconhecer uma fraca inclinação para o esforço e preferir o lazer ao labor” (p.140) como modo de vida.

4 Sennett (2001) não só diagnostica “as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo” como produz, a partir desse diagnóstico, uma análise da mudança ética preconizada pela introdução da flexibilidade nas relações de trabalho que, a seu ver, propiciam uma degradação humana e um sentimento de esvaziamento castradores do sentido existencial dos trabalhadores. Apesar da pertinência e notabilidade da obra, usaremos aqui apenas parte da sua sustentação teórica e não as suas conclusões, uma vez que o tema aqui tratado se direciona para outros pontos cardeais.

Introduzidos novos e imperativos substitutos da submissão individual, são a “competitividade e a flexibilidade que se tornam urgentes” (LIPOVETSKY, 1994, p.141) dando-se a substituição da “cultura centrada na motivação e responsabilização” (LIPOVETSKY, 1994, p.141) pela presença declarada da iniciativa e participação baseada no pragmatismo gestor de um tipo de “empresa inteligente” (p.141) descentrada dos homens. Desaparece a apologia da obrigação inapelável e imperativa e surge “o discurso da valorização dos recursos humanos” invocando a reorganização das condições de trabalho submetidos a comportamentos pré-definidos em que a “atenção fixa-se na exigência de obter a adesão ativa dos empregados” (p.141) desaparecendo as formas “autoritárias de trabalho” (*idem*) contrárias ao princípio do potencial humano promotor de uma ética indolor.

Ascende daqui uma nova relação do trabalhador consigo mesmo, responsável por uma não linearidade existencial caracterizada pela ausência de relações afetivas. Simultaneamente, este regime flexível transfere para o trabalhador grande parte do risco da organização, uma vez que a probabilidade decorrente de imprevistos deixa de ser território exclusivo de capitalistas ou de “indivíduos extremamente aventureiros. O risco torna-se numa necessidade diária suportada pelas massas” (LIPOVETSKY, 1994, p.125). Promove-se uma nova ética, isto é um novo carácter pessoal em que a incerteza passa a coexistir com o fracasso e “não mudar é tomado como sinal de fracasso parecendo a estabilidade quase como uma morte em vida” (LIPOVETSKY, 1994, p.134) decorrente de uma doença a evitar a todo o custo. Instala-se a fragmentação e o tempo destinado ao trabalho estilhaça-se.

Por outras palavras, o trabalhador passa a viver num sentimento de insegurança, a característica mais presente dos que vivem em situação de risco intenso. Ainda que trabalhando numa ocupação precária, insustentável e coexistindo numa rede de relações inexistentes numa desconhecida mas presente malha larga, o trabalhador conviverá também com um fantasma do reverso desse momento. Que pode ser o desemprego no dia de amanhã.

O desemprego enquanto território de estudo isolado, em que se procura conhecer o interior dos desempregados a partir das suas experiências, não tem sido área que polarize o interesse dos sociólogos (CALEIRAS, 2008). Porventura porque estamos perante uma anomalia social que os Estados ocidentais consideram inadmissível e intolerável, é assumido que o desemprego tem mais do que uma abordagem, sendo uma delas o acolhimento, pelos próprios Estados, das consequências económicas desses desocupados, facto que não é alheio a inimizabilidade individual do desemprego, geralmente atribuído a causas exteriores aos indivíduos, sendo estes considerados vítimas, na maior parte das vezes indefesas.

O trabalho está a autonomizar-se desligando-se do indivíduo. Esta perspectiva impõe a inexistência de um local onde se realizem as tarefas inerentes e onde o indivíduo prossiga a sua existência dentro da lógica ocupacional que atravessou os últimos dois séculos. Fruto de novas dinâmicas socioeconómicas e do alinhamento de novos paradigmas baseados em

formas recentes de abordar o trabalho⁵ – podíamos aqui recordar a noção de flexibilidade profissional – os indivíduos apercebem-se da probabilidade, cada vez maior, em contactar com tempo desocupado de trabalho imposto por circunstâncias cada vez mais presentes no quotidiano.

Esta maior probabilidade e maior frequência, apesar de não transformarem o desemprego num facto social isolado, aumentam a percepção dos indivíduos, levando-os a protegerem-se por meio da incorporação no seu imaginário da admissão da desocupação nas suas vidas. Resulta daí a criação de resistências mentais aos períodos de desemprego que acontecerão ao longo da vida. Quer isto dizer que, aproximando-se dos indivíduos, numa quase ameaça permanente, o desemprego, continuando a constituir uma anomalia social – uma doença de que todos fogem – transforma-se, em parte, num acontecimento normalizado na vida das pessoas.

4. Dilemas do trabalho na civilização tecnológica

A questão da supressão de empregos está diretamente ligada à velocidade tecnológica sistematicamente introduzida nos processos produtivos. As consequências desta mudança foram notadas nos primórdios dos “trinta gloriosos anos” do pós-guerra. Arendt (1998 [1958]) previu que a automação esvaziaria as fábricas libertando a humanidade do seu fardo, pelo que, nesta viagem, a sociedade a ser libertada dos grilhões do trabalho seria, paradoxalmente, uma sociedade de trabalhadores. Gorz (1997, 1998, 2005) percebeu as transformações e metamorfoses do trabalho a partir da contradição manifesta no facto da sociedade produzir mais riqueza com cada vez menos trabalho, e fez dessa temática a sua vida intelectual e académica. Os seus pressupostos partem do adeus ao operariado afirmando que, gradualmente, o trabalhador seria transformado em empresário e funcionário de si próprio, apesar da cada vez maior exigência de conhecimento.

Todavia, essa realidade não perpassa sendo, inclusive, ostensivamente olvidada. No postulado da generalidade dos governos, os empregos suprimidos pela tecnologia dariam lugar a novos empregos gerados pela existência e exigência dessa mesma tecnologia. Esta perspectiva baseia-se no princípio segundo o qual os indivíduos genericamente acederiam a um patamar de conhecimento que manteria a utilidade humana nos processos produtivos. Persiste aqui uma “visão panlógica da história” (GARCIA, 2010, p.66) no qual, a partir

5 Para Kóvacs et al. (2006, p.8), “são evidentes os sinais de crise do modelo de emprego que vigorou durante o regime de acumulação fordista e a sociedade industrial. Entre eles, a redução da estabilidade/segurança dos vínculos laborais; a multiplicação de formas flexíveis, frequentemente precárias de emprego; o aumento do desemprego; as lacunas ao nível da proteção social, da integração social e das regulações sociais e, ainda, uma certa crise da identidade individual e coletiva”. Tal como a perspectiva aqui seguida, também a autora (2006, p.8) é da opinião que estes sinais aparentam ser “mais consentâneos com a transformação e crise de um certo modelo de trabalho do que com o fim do trabalho e do emprego”.

da Revolução Industrial, se atribuiu à tecnologia a responsabilidade pela realização de um “projeto grandioso e benévolo” (GARCIA, 2010, p.66). Construiu-se durante esse período uma malha mental fundada no pressuposto de que todo e qualquer avanço tecnológico futuro concorreria para ultrapassar carências cabendo-lhe “guiar de modo racional e subordinado aos valores de bem-estar e felicidade da humanidade” (p.66) construindo, desse modo, uma modernidade assente na linearidade, estabilidade e confiança.

Porém, Rifkin (1995) teorizou que tal premissa deixara de ser realista porquanto em nenhuma circunstância a tecnologia apelava ao humano, inclusive, gradualmente vinha deixando de gerar atividade alocada ao indivíduo. A sua tese baseia-se na perspectiva de que as duas fases da revolução industrial tinham tido capacidade de absorver os trabalhadores excedentários – o campesinato fora absorvido pela primeira revolução industrial enquanto os operários foram absorvidos pelo setor terciário no impacto da segunda revolução tecnológica⁶. Contudo, a atualidade, fruto do desemprego gerado a partir do terciário – bancos, seguros, comércio, telecomunicações – e a emergência de uma sociedade assente na tecnologia e no conhecimento, não produziria os mesmos resultados históricos na medida em que, por muito baixo que se apresentem os custos do trabalho, estes são sempre superiores aos custos da tecnologia. Desta forma, os investimentos em empreendimentos da atualidade, apontados como a grande solução para o problema da desocupação dos indivíduos, representam, na realidade, e cada vez mais, o aumento de desocupados de trabalho.

A questão levantada por Rifkin (1995) entronca no valor superlativo alcançado pela dimensão *imaterial* contida nos produtos enquanto, inversamente, o *material* introduzido se tornava reduzido ao valor mínimo. Paradoxalmente, o “materializado” passa a ocupar um lugar secundarizado e o imaterial torna-se na essência do processo produtivo. O facto do *imaterial* resultar, cada vez mais, da incorporação do conhecimento humano nos processos produtivos (GORZ, 2005) e de nele se centrar a relevância da mercadoria transforma a estrutura produtiva.

“A noção de conhecimento comandou a sociedade como um fim em si, tendo sido aproveitada como forma de capital com utilização proveitosa nos processos produtivos distinguindo-se, inclusive, como um capital extraordinário e superiormente estratificado” (GORZ, 2005). Todavia, como capital incorporado e objetivado, o conhecimento é hoje “abstraído do seu suporte material humano” (GORZ, 2005, p.10) multiplicando-se infinitamente em forma de *software* praticamente sem custos, sendo utilizado “ilimitadamente em máquinas que seguem um padrão universal” (GORZ, 2005, p.10). São

6 A este propósito ver um estudo de Silva (2012) no qual é demonstrada a existência de *sobreposições*, da agricultura para a indústria e desta para os serviços, dando-se a ausência de um novo campo capaz de receber os trabalhadores excedentários libertados pela *desfabrilição*.

cada vez mais as máquinas a produzir conhecimento, que entretanto fomenta ainda mais e melhor conhecimento, num processo que chega a ser exponencial e gerador de uma gnose ampla e rapidamente estendida num imenso campo de grande utilidade na sociedade.

Porém, esta utilidade é desvalorizada no seu valor mercantil, não só por se tratar de um bem comum acessível a todos mas, essencialmente, porque já não se trata de uma produção humana. O conhecimento torna-se assim num bem comum, mas sem valor correspondente. A dificuldade ou impossibilidade em transformar o conhecimento em mercadoria, está na base da sua desvalorização. Ocorre, assim, uma prodigiosa mudança que leva Gorz (2005, p.10) a afirmar: “ninguém é capaz de dizer com precisão onde, no contexto social, o inventivo trabalho do saber começa e, onde termina”. A geminação promovida entre conhecimento e imaterialidade por meio dos processos de colonização tecnológica dá lugar à depreciação do trabalho humano sem que as consequências sejam avaliadas.

A civilização tecnologia está posta perante uma séria de dilemas (MARTINS; GARCIA, 2003 e COSTA; NEVES, 2006) dos quais não é alheia a aceleração, colocada no topo da hierarquia das soluções, segundo uma lógica em que “a lei dos rendimentos crescentes prevalece sobre a lei dos rendimentos decrescentes” (MARTINS, 2003, p.24). No caso do trabalho, a introdução da tecnologia é mais acelerada do que a capacidade dos indivíduos descobrirem novas exigências e, mesmo no campo das necessidades, é hoje a tecnologia a ditar leis liderando⁷, por um lado, o processo da sua elucubração e, por outro, a técnica da sua produção. Este princípio parece explicar e justificar o prevalecer das formas tradicionais de raciocínio e pensamento perante a questão do uso da tecnologia no campo do trabalho cuja consequência é a substituição do humano sem, por exemplo, no processo da substituição, se processar o correspondente acompanhamento no que diz respeito à taxação e contribuição da tecnologia para os sistemas de proteção do campo social em favor dos indivíduos.

Esta noção do agir instrumental muito de acordo com a visão capitalista e seguida pela generalidade dos Estados Europeus entra em contradição com o mundo do real, mundo esse que está vinculado ao agir comunicativo (HABERMAS, 1988), sobressaído do conjunto de valores que impõem a espontaneidade e a naturalidade das vivências, individuais ou coletivas. No mundo agora acelerado, os valores históricos persistem como pilares analíticos fundacionais, enquanto no campo do agir é a tecnologia a introduzir novos sentidos de mudança. Já não é a capacidade humana a produzir a mudança, mas uma nova capacidade técnica a gerar uma realidade transmutada. E tal circunstância autoriza a afirmação de que

⁷ Confirmando este entendimento, veja-se as palavras de Steve Jobs, líder desaparecido da *Apple Computer*, para quem o segredo do negócio da sua empresa consistiria em descobrir produtos e tecnologia para os quais as pessoas ainda não se tinham dado conta de necessitarem (ISAACSON, 2015).

a sociedade de trabalho está a ser substituída aceleradamente pela sociedade tecnológica⁸, desocupando o ser social do grande artifício chamado trabalho que o ocupava, transmitia utilidade, dava sentido existencial e funcionava como um fio condutor das vidas.

5. A inovação como fim

Os *media* desempenham um importante papel na construção social da realidade (BERGER; LUCKMAN, 1967) não só por fixarem acontecimentos e renovarem a diversidade interpretativa, mas essencialmente pela missão de abordagem das intersubjetividades humanas na tipificação de realidades múltiplas traduzidas no acompanhamento, debate e prospectiva dos fenómenos em metamorfose (SCHUTZ, 1970). Apesar da sua missão socialmente definida enquanto agentes renovadores da diversidade interpretativa, as mutações do trabalho como conceito e como prática não têm tido correspondência nos excursos mediáticos, persistindo uma abordagem conservadora das formas discursivas.

Neste particular, seguem uma perspetiva tomada como ideologia do nosso tempo e que entende a discussão sobre a mudança tecnológica e as relações entre a “estrutura moral das sociedades contemporâneas ou sobre os riscos, incertezas, subprodutos e desfechos imprevistos” (GARCIA, 2010, p.69) como fruto da imaginação sem consequência prática e, por isso, supérfluas. Na visão dicotómica de utilidade entre o humano e a tecnologia, apesar de se revelar a presença acelerada do futuro tecnocientífico agindo em concorrência com a velocidade reduzida da atividade humana, os *media* não se sentem “atraídos pela discussão sobre formas alternativas de organização social e o diferente peso que nelas poderiam ter outros sistemas tecnológicos mais adequados a propiciar o bem-estar humano” (GARCIA, 2010, p.69). Apesar do engrossamento acentuado dos indivíduos desocupados de trabalho, esta realidade persiste nos *media* como algo passageiro e resolúvel por meio das formas tradicionais, quer dizer, centrando as narrativas na reprodução dos discursos, cujas soluções inscrevem-se quase exclusivamente na génese económica e política, e raramente humana e societal, persistindo na seguinte premissa: o investimento económico, na sua maior força de realização, recorre, cada vez mais e em grande escala, à tecnologia em substituição do trabalho humano, mas daí não decorrem consequências, nem qualquer outro problema para a organização do mundo.

A coisa social e o poder que emana das suas fontes propagam-se por meio do alojamento dos seus princípios nas mentes individuais (TARDE, 1992), sendo esse desiderato alcançado e reforçado na corporização da comunicação de massas, daí decorrendo a imposição do modelo. Nesta era de comunicação global, o nacionalismo metodológico (MARTINS,

8 A propósito do determinismo tecnológico vigente, Simões (2006, p.77) é da opinião que a “tecnologia é tratada como se existisse acima da sociedade e determinasse a sua forma, o que faz com que as análises se confinem aos chamados impactos sociais da tecnologia”.

1996) usado para gerir a coisa pública, “inibiu um verdadeiro conhecimento da natureza e dos limites do projeto moderno” (GARCIA, 2006, p.12). É com a força omnipresente dos *media* no quotidiano que este nacionalismo metodológico cede cada vez mais lugar a um “globalismo metodológico”, no sentido em que este impõe e estimula a sua presença nas consciências individuais numa lógica *deslugarizada* (SOUZA, 2007). Se há exemplo que o demonstra de forma evidente, é o paradigma do pensamento pós-moderno sobre o mundo do trabalho e a sua conceptualização.

6. Conclusão

O princípio segundo o qual a modernidade concebeu a aliança com a tecnologia confiando que esta estaria ao serviço do ser humano, guiada de modo racional e subordinada aos valores de bem-estar e felicidade tem promovido contradições verificadas em vários vetores da organização social.

A inovação, enquanto processo sobressaído da introdução da noção do conhecimento nos processos produtivos, apresentada como justificação das conquistas tecnocientíficas cuja missão se corporiza na mudança económica e nos reflexos do bem-estar humano (Garcia, 2010), foi naturalizada segundo o princípio da sua capacitação totalizante e inquestionável nos excursos mediáticos.

Na decorrência desta transformação, os *media* dirigem o seu olhar centrados numa perspetiva estática, abordando o fenómeno em acelerada metamorfose de forma conservadora, assim desvalorizando a introdução de estados de mutação na sociedade. O campo da substituição do trabalho humano pela produção tecnológica tem sido globalmente abordado exclusivamente numa perspetiva do encantamento social, de onde subjaz a noção hedonista de realização do indivíduo por meio do consumo sem se prover outras mutações impactantes na organização do mundo cujas consequências na ordenação da vida social resultam em descontrolos e efeitos dominados pela incerteza para os mesmos indivíduos.

A velocidade introduzida pela tecnologia nos processos de existência humana tem promovido a ideia de “inovação” como nova dimensão substitutiva dos empregos perdidos. O facto da aceleração tecnológica introduzir uma velocidade produtiva em escala amplamente superior às necessidades dos indivíduos e, em simultâneo, se dar a continuada desvalorização do conhecimento enquanto integrante do produto, promovem a substituição do humano, retirando-o de um mundo originalmente seu: o mundo do trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho** : ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. Coimbra: Editora Almedina, 2013.

ARENDT, Hannah. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1998 [1958].

BECK, Ulrich. **Brave New World of Work**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality**: a Treatise in the Sociology of Knowledge. New York: Anchor, 1967.

CALDEIRAS, Jorge. Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos, **e-cadernos ces** [Online], 02, 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1472>. Acesso em: 01 fev. 2017.

CASTELLS, Manuel. **La Era de la Información**: Economía, Sociedad y Cultura – La Sociedade Red, v. 1. Madrid: Aliança Edições, 1998.

COLEMAN, James. Social Capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, pp.94-120, 1988.

COSTA, M. S.; NEVES, J. P. A tecnologia e a sociedade: novas problemáticas. **Técnica e Sociedade, Configurações**, n.2, p.7-10, 2006.

GARCIA, José L. Tecnologia, Mercado e bem-estar humano: para um questionamento do discurso da inovação. In: COSTA, M.; NEVES, José P. (Orgs.) **Tecnologia e configurações do humano na era digital**. Lisboa: Ecopy, 2010. p.65-90.

_____. Razão, Tempo e Tecnologia. In: VILLAVERDE, Cabral, M.; GARCIA, J. L.; JERÓNIMO, H. M. (Orgs.) **Razão, Tempo e Tecnologia**: Estudos em Homenagem a Hermínio Martins. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006. p.13-47.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society**: Outline of the Theory of Structuration. California: University of California Press, 1984.

_____. **Sociologia**. Lisboa: Gulbenkian, 2004.

GORZ, André. **Misères du présent, richesses du possible**. Paris: Editions Galillé, 1997.

_____. **Métamorphoses du travail**: Quête du sens. Critique de la raison économique. Paris: Editions Galillé, 1998.

_____. **O Imaterial**. S.Paulo: Annablume, 2005.

GROZELIER, Anne-Marie. **Pour en Finir avec la Fin du Travail**. Paris: Éditions de l'Atelier, 1998.

- FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.
- HABERMAS, Jürgen **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Volume I. Madrid: Taurus, 1988.
- ISAACSON, Walter. **Steve Jobs**. New York: Simon & Schuster, 2015.
- KOVÁCS, I., CASACA S.F., CARVALHO FERRIRA, J.M., SOUSA, M.T. Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias. **Socius**, n.8, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2006.
- LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LIPOVETSKY, Giles. **O Crepúsculo do Dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Lisboa: D. Quixote, 1994.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A Cultura Mundo : resposta a uma Sociedade Desorientada**. Lisboa: Edições 70, 2014.
- MARQUES, Ana P. Dinâmicas da Relação entre Trabalho e Emprego: O fetiche da “Empregabilidade Permanente”. **Cadernos do Noroeste**, Braga, v.16 (1-2), Universidade do Minho, p.167-185, 2001.
- MARTINS, Hermínio. **Hegel, Texas e outros Ensaio de teoria Social**. Lisboa: Edições Século XXI, 1996.
- _____. Aceleração, progresso e *experimnetum humanum*. In: MARTINS, H.; GARCIA, J. L. (Orgs.) **Dilemas da Civilização Tecnológica**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. p.19-78.
- MARTINS, H.; GARCIA, J. L. (Orgs.) **Dilemas da Civilização Tecnológica**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003. p.19-78.
- MARX, Karl. **O Fetichismo da Mercadoria e o seu Segredo**. Lisboa: Antígona, 2015.
- NEVES, José P. **O Apelo do Objeto Técnico**. A perspetiva sociológica de Deleuze e Simondon. Porto: Campo das Letras, 2006.
- RIFKIN, Jeremy. **The end of work**. Washington: Tarcher/Penguin, 1995.
- RODRIGUES, Adriano D. **O Paradigma Comunicacional: histórias e teorias**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2011.
- RUSSELL, Bertrand. **A Conquista da Felicidade**. Lisboa: Guimarães Editores, 2009.
- SCHNAPPER, Dominique. **Contre la Fim du Travail**. Paris: Les Éditions Textuel, 1997.
- SCHUTZ, Alfred. **On Phenomenology and Social Relations**. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Carácter** : as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa: Terramar, 2001.

SILVA, Esser. **Fabricados na Fábrica**: Uma Narrativa Operária no Século XXI. Famalicão: Húmus, 2012.

SIMÕES, Maria J. Contributos para uma sociologia da tecnologia. **Configurações**, Porto n.2, p.75-88, 2006.

SOUZA, Dóris Helena. **Deslugarização**: a provisoriedade das conversações na singularidade dos fios. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. PUCRS, 2007.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fonte, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v.l. II. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Esser Silva

Mestre em Sociologia com especialização em Organizações e Trabalho. É doutorando do Programa Doutoral da Fundação Ciência e Tecnologia (FCT) “Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade” financiado pelo Projeto FCT PD/BD/52617/2014. Tem publicado na área disciplinar organizacional e acompanhado as mutações no domínio do trabalho sendo, nesse campo, autor de *Fabricados na Fábrica ; uma narrativa operária no século XXI (Edições Húmus, 2012)*. Fez parte da equipa de investigadores académicos que avaliou o impacto socioeconómico de Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura (CEC 2012). Em 2015, frequentou a Faculdade de Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em Porto Alegre – Brasil. Dedicou-se ao estudo da cultura política, investigando as estratégias de formação e práticas recorrentes da elite da política. E-mail: esser.jorge@gmail.com

Recebido em: 30.05.2016

Aceito em: 31.01.2017

